



ESCOLA DE
HUMANIDADES

CIVITAS

Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política

Civitas 25: 1-17, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.45972>

DOSSIÊ: COLETIVOS NAS AÇÕES COLETIVAS CONTEMPORÂNEAS: EMERGÊNCIA, CONTEXTO, DEFINIÇÕES E PRÁTICAS

Museus sociais e territoriais: abordagens conceituais em diálogo

Social and territorial museums: conceptual approaches in dialogue

Museos sociales y territoriales: aproximaciones conceptuales en diálogo

Táisa Sanches¹

orcid.org/0000-0002-7372-8321

taisasanches@gmail.com

Recebido em: 28 mar. 2024.

Aprovado em: 11 set. 2024.

Publicado em: 07 abr 2025.

Resumo: Este artigo reúne abordagens conceituais que exploram analiticamente as ações dos coletivos autodenominados museus sociais, territoriais e ecomuseus na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense. A perspectiva adotada coloca em diálogo teorias dos movimentos sociais, memória coletiva e mobilidades a fim de realizar tal tarefa. Foram tomados dez casos como exemplos, especificando e categorizando suas formas de atuação, propostas e localização, a partir de visitas aos espaços, entrevistas com participantes dos coletivos e análise de dados disponíveis. A análise indica que a prática de musealização permite que os coletivos materializem suas demandas nos territórios e transformem práticas urbanas.

Palavras-chave: Coletivos. Museus. Infraestruturas. Memória. Movimentos sociais.

Abstract: This article brings together conceptual approaches in order to analytically explore the actions of collectives self-styled as social, territorial and ecomuseums in the city of Rio de Janeiro and Baixada Fluminense. The adopted perspective puts theories of social movements, collective memory and mobilities into dialogue in order to carry out this task. Ten cases are taken as examples, specifying and categorizing their forms of action, proposals and location, based on visits to the spaces, interviews with collective participants and analysis of available data. The analysis indicates that the practice of museumization allows collectives to materialize their demands in territories and transform urban practices.

Keywords: Collectives. Museums. Infrastructures. Memory. Social movements.

Resumen: Este artículo reúne aproximaciones conceptuales para explorar analíticamente las acciones de colectivos autodenominados sociales, territoriales y ecomuseos en la ciudad de Rio de Janeiro y la Baixada Fluminense. La perspectiva adoptada pone en diálogo las teorías de los movimientos sociales, la memoria colectiva y las movilidades para llevar a cabo esta tarea. Se toman como ejemplo diez casos, especificando y categorizando sus formas de acción, propuestas y ubicación, a partir de visitas a los espacios, entrevistas a colectivos participantes y análisis de datos disponibles. El análisis indica que la práctica de la museización permite a los colectivos materializar sus demandas en los territorios y transformar las prácticas urbanas.

Palabras clave: Colectivos. Museos. Infraestructuras. Memoria. Movimientos sociales.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Introdução

Segundo um levantamento da Rede Favela Sustentável,² na Região Metropolitana do Rio de Janeiro existem, atualmente, cerca de 20 co-

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Rede Favela Sustentável. n.d. Acessado em 21 out. 2024. <https://www.favelasustentavel.org>.

letivos territoriais populares de resgate e/ou manutenção de memória,³ que demandam reconhecimento cultural de povos subalternizados e garantia de direitos de populações vulneráveis. Eles atuam por meio da preservação, do resgate e da manutenção da memória de suas localidades e/ou comunidades, além de exigirem formas alternativas e mais justas de planejamento urbano. Dentre estas iniciativas, doze se autodenominam museus sociais, territoriais ou ecomuseus.

Tais coletivos, como veremos, nos desafiam a empreender uma análise capaz de abarcar aspectos relacionados às suas demandas e, também, às formas como ocupam seus territórios e inventam espaços nas cidades. Este é o objetivo deste artigo, buscar caminhos interpretativos possíveis, através de exploração da literatura relacionada aos coletivos e movimentos sociais unida à da sociologia das mobilidades. Ademais, a partir da noção de "dupla hermenêutica", tal como proposto por Anthony Giddens (2013), os argumentos serão acompanhados de dados empíricos, através de visitas aos espaços e entrevistas com membros de alguns dos coletivos.

No campo dos movimentos sociais, analistas têm salientado como a cultura ativista hodierna está profundamente relacionada a questões identitárias, pessoais e éticas, sem que isso afete o aspecto coletivo das ações (Pleyers 2023). Autores como Paolo Gerbaudo (2017) ou Kevin McDonald (2004), por exemplo, percebem que os mais recentes movimentos sociais são pautados por uma ética relativa às experiências de construção subjetiva e de formação de identidades coletivas que se relacionam a elas. Ou seja, novas formas de constituição de sociabilidade e de redes emergem, pautadas em experiências subjetivas que envolvem gênero, raça e local de moradia.

Exemplos de lutas recentes que transitam entre pessoal e político envolvem movimentos como o *Me too*, centrado em experiências pessoais de violência sexual, e movimentos por

moradia pautados em experiências femininas relacionadas à desigualdade urbana (Helene 2019). Dentre as questões representativas destas lutas contemporâneas, destacam-se ações e demandas relacionadas à memória e ao espaço. Tais exemplos nos desafiam a compreender os coletivos e movimentos sociais a partir de enfoques mais amplos, considerando suas formas de protesto e as maneiras como articulam a ocupação de espaços nas cidades.

Neste artigo,⁴ tomamos os museus sociais e territoriais da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense como exemplos dessas ações desafiadoras empreendidas por coletivos contemporâneos. Isso porque, a existência dos museus se constitui como uma rede que conecta saberes e memórias da cidade, oferecendo existência física e infraestrutura aos grupos ativistas. Ademais, inclui o espaço e as infraestruturas físicas como fatores fundamentais à experiência da diferença, tida como central à construção identitária de sujeitos e sujeitas periféricas.

Tomam-se como exemplos dez iniciativas que se autodenominam museus ou ecomuseus sociais e/ou territoriais, localizados na cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. A categorização das iniciativas foi realizada a partir da identificação das suas áreas de atuação, atividades desenvolvidas e propostas de transformação social. Os dados foram coletados presencialmente pela autora, por meio de visitas aos museus e entrevistas com pessoas envolvidas em sua organização, bem como através de suas páginas web e materiais de divulgação, entre os anos de 2021 e 2023.

A escolha dos coletivos analisados se deu considerando a representação territorial das distintas zonas da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Temos, entre os dez museus, dois localizados em municípios da Baixada Fluminense (Duque de Caxias e Nova Iguaçu) e oito localizados no município do Rio de Janeiro: três localizados na zona sul, dois na zona oeste,

³ Outras cidades do país também contam com iniciativas similares, como o Museu do Coque, em Recife, e o recém-criado (em março de 2023) Museu dos Aflitos, em São Paulo. Museu da Beira da Linha do Coque. n.d. Acessado em 21 out. 2024. <https://historiasdocoque.wordpress.com>; Museu dos Aflitos. n.d. Acessado em 21 out. 2024. <https://museudosafritos.org>.

⁴ A pesquisa foi financiada com recursos da Faperj (PDR10).

três na zona norte (a cidade é litorânea e não possui zona leste).

Para abarcar tanto o aspecto da ocupação territorial empreendida pelos coletivos quanto suas demandas por transformação social, colocamos em diálogo as teorias dos coletivos e movimentos sociais com a sociologia das mobilidades. Por esse caminho, propomos interpretar os museus sociais como práticas infraestruturantes de coletivos, ao passo que possibilitam a existência física e territorial de grupos ativistas e provocam o planejamento urbano a considerá-los como parte do espaço citadino.

Compreendê-los a partir das teorias das mobilidades possibilita pensar como reconfiguram as formas de conectar os lugares e as pessoas *na* e *da* cidade, sendo a memória parte fundamental desta conexão. Isso porque a sociologia das mobilidades permite a análise de fenômenos em que há "o entrelaçamento de movimento, representações e práticas, sustentado por infraestruturas materiais conectadas" (Freire Medeiros e Lages 2020, 122).

Pretende-se, desta forma, propor a interpretação dos museus a partir das categorias infraestrutura, de Abdou Maliqalim Simone (2004) e *practices of infrastructuring*, de Peter Merriman (2016, 84), e convidar a pensar em infraestruturas para além de sua realidade estática. Como será exposto em mais detalhe ao longo do texto, Merriman (2016) desenvolve uma proposta interpretativa de planejamentos urbanos que envolve a compreensão de processos de "infraestruturação" através dos quais se constroem espaços, sujeitos e práticas. Por sua vez, Simone (2004), através de sua proposta, busca expressar as interseções e combinações que as pessoas, espaços, objetos e práticas realizam nas cidades, de forma a reproduzir a vida. O autor considera que a mescla de provisoriidade e permanência dos territórios urbanos constituídos em algumas cidades (no caso analisado por Simone em Johannesburgo) revelam-se desafios para a pesquisa, considerando que os sujeitos criam formas de interação com o espaço que se distanciam do planejamento urbano como idealizado pelo

estado, constituindo sua regularidade a partir de sistemas provisórios e flexíveis. Unindo as duas perspectivas, será possível explorar possibilidades interpretativas a respeito dos museus sociais, territoriais e ecomuseus. Isso porque sua forma de existência ultrapassa construções delimitadas e aparências físicas, buscando afetar hábitos e práticas na cidade.

Nesse sentido, é interessante unir tais categorias à literatura acerca dos movimentos sociais. Há, como mencionado, um esforço interpretativo amplo para compreender os coletivos e movimentos contemporâneos. A teoria clássica relativa ao tema, assim como o planejamento urbano africano mencionado por Simone (2004), muitas vezes é falha para a compreensão de formas de atuação que não se enquadram em esquemas interpretativos previamente delimitados. Como lembra Maria da Gloria Gohn (2014, 41), os movimentos sociais contemporâneos colocam em perspectiva e obrigam a repensar os "paradigmas explicativos da realidade" à medida que parece haver ocorrido uma ruptura com os processos de modernização e racionalidade dentro dos quais estavam tradicionalmente inseridas as análises de ações coletivas.

A proposta interpretativa dos grupos a partir da categoria coletivos, nesse sentido, parece ser mais adequada. Isso porque, dentro das teorias dos movimentos sociais, os coletivos representam formas de ação distintas daquelas empreendidas em décadas mais distantes e trazem perspectivas inovadoras (Perez 2023). Outro aspecto fundamental que nos leva a interpretar tais iniciativas a partir dessa categoria é a formação em rede. Os museus sociais e territoriais se unem em diferentes iniciativas, destacando-se, além da mencionada Rede Favela Sustentável, a Rede de Museologia Social e o grupo Memória Climática nas favelas.

É importante salientar que o objetivo aqui proposto também busca lançar luz sobre questões raramente analisadas, tais como formas de ocupação espacial efetivadas pelos movimentos sociais. Por esse caminho, Renato Emerson dos Santos (2022) empreendeu esforço significativo ao

analisar os repertórios de ação dos movimentos antirracistas na cidade do Rio de Janeiro. Mencionando a "virada espacial" da teoria crítica, o autor constrói uma proposta de "leitura geográfica da ação dos movimentos sociais" (Santos 2022, 23) e aponta caminhos possíveis para tanto, que envolvem, entre outros, dimensões como cartografia dos movimentos sociais em ato e levantamento das espacialidades dos movimentos através de observação de atos, interlocutores e instituições envolvidos.

A proposta de análise aqui empreendida se une ao esforço interpretativo mencionado, propondo que a organização dos museus sociais pelos movimentos sociais favelados pode ser compreendida como práticas infraestruturantes desses movimentos. Isso porque, muitas das iniciativas parecem funcionar como formas de ampliação da capacidade de articulação e visibilização dos movimentos, além de desafiar as formas hegemônicas de planejar e fazer a cidade.

O texto é organizado em duas partes: primeiro, apresenta-se um resumo de análises que relacionam memória, museus sociais e/ou territoriais e movimentos sociais, procurando relacioná-las a abordagem proposta no artigo. Na segunda, busca-se categorizar como os museus sociais, territoriais ou ecomuseus, especialmente aqueles localizados na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense, têm se organizado enquanto infraestruturas de movimentos sociais.

Coletivos, movimentos e infraestruturas

As teorias dos movimentos sociais, segundo Maria da Glória Gohn (2014), podem ser classificadas a partir de três perspectivas, não necessariamente historicamente situadas, que valorizaram enfoques distintos, sendo estes: a) histórico-estrutural; b) culturalista e identitário; e c) institucional/organizacional-comportamentalista. De maneira resumida, pode-se dizer que grande parte das teorias de embasamento histórico-estrutural tem como matriz a perspectiva da luta de classes, sendo a classe trabalhadora central à existência das mobilizações. Os "novos movimentos sociais", por sua vez, são alvo mais

frequente de pesquisadores concentrados no segundo enfoque. Tal classificação nasce justamente por trazer demandas que encontraram espaço de existência conforme o aprendizado democrático aberto a partir das demandas de classe avançada. O enfoque traz para o centro das análises as subjetividades relativas às identidades das pessoas envolvidas nas demandas, criticando o enfoque mais econômico comum aos "antigos" movimentos (em oposição aos novos). Por fim, a terceira dimensão analítica centraliza as oportunidades políticas e da institucionalização de práticas de participação social em articulação com movimentos sociais.

Além dessa, outras formas de classificação das teorias e formas de ação dos movimentos foram propostas. Angela Alonso (2017), por exemplo, analisou as diferentes correntes de movimentos presentes na esfera pública brasileira na última década. A autora percebeu, então, que a interação com o estado foi transformada com a criação de espaços de sociabilidade em lugares públicos, tais como casas coletivas e oficinas de trabalho: "Essas redes de sociabilidade deram as bases organizacionais para os estilos autonomista e liberal de ativismo, refratários ao estado" (Alonso 2017, 50) afirma. Alonso denomina de "repertório autonomista" os tipos de ação empreendidas pelos movimentos sociais que ocuparam as ruas desde 2010, no Brasil. Isso porque, tais grupos reivindicam maior horizontalidade e menor presença de lideranças.

Matheus Pereira e Camila Silva (2020), recentemente, destacaram a presença dos conceitos repertórios, táticas e performances na produção interpretativa dos movimentos sociais. Segundo os autores, a apropriação destes conceitos pela literatura nacional é feita de maneira desigual, ao passo que a categoria repertórios é muito mais utilizada que as demais. Tal característica contribuiria para o apagamento de um conjunto de análises significativas para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos.

Dimensões que parecem tangenciar os estudos de movimentos sociais sem serem devidamente abraçadas por eles, segundo a perspectiva

defendida aqui, são aquelas que consideram os territórios e infraestruturas. Ainda que Alonso mencione os espaços de sociabilidade como fundamentais aos movimentos contemporâneos, talvez a utilização mais comum da categoria repertórios, demonstrada por Pereira e Silva (2020), contribua com a pouca ênfase dada ao espaço em si.

O conceito de espaço é amplamente explorado na geografia, especialmente por Milton Santos (2014), que defendeu que o território só pode ser analisado a partir de seu uso, ou seja, como território usado. Tal abordagem, em conjunto com a elaboração da ideia de "produção do espaço" de Henri Lefebvre (1991), permitiu maior aproximação da sociologia com a questão espacial. Ana Clara Torres Ribeiro (2002), nesse sentido, deve ser lembrada por propor o método denominado *cartografia da ação social*, através do qual analisam-se distintas fontes de informações sobre ações de movimentos sociais e seus mediadores, tais como notícias, acampamentos, interrupções de vias, e constroem-se não só mapas expressivos das ações políticas, como também a reflexão de microconjunturas, o que possibilita iluminar o esforço realizado por sujeitos sociais para garantir a sua presença no espaço público. Assim, na cartografia da ação social "adquirem especial relevância os espaços praticados, os espaços usados e a geografia da resistência social" (Ribeiro et al. 2002, 48).

Os museus sociais e territoriais existentes na cidade do Rio de Janeiro nos desafiam a trazer o território e a ocupação espacial ao centro da análise, ao passo que sua existência possibilita a infraestruturização das práticas e performances dos movimentos sociais favelados da cidade. Ao definirem-se como museus, as iniciativas buscam tanto traduzir suas demandas a públicos extensos, quanto colocar em xeque as propostas dos museus tradicionais, relacionados à distinção de classe. Há, portanto, uma demanda por agência na construção e participação da e na cidade.

Outro desafio analítico imposto pela existência

dos museus refere-se à forma como acionam as demandas por reconhecimento relacionadas ao pertencimento e resgate de sua história nos territórios favelados. Apropriando-se de uma linguagem museológica, eles buscam traduzir as diversas demandas por permanência de suas comunidades nos territórios onde se localizam.

As teorias dos movimentos sociais também interagem com a temática da memória de maneira pouco específica, como demonstrou Sue Iamamoto (2017). A pesquisadora apresentou uma ampla revisão da literatura que relaciona os campos teóricos da memória coletiva e dos movimentos sociais, propondo que a interação entre eles se dá tanto através das abordagens clássicas dos novos movimentos sociais, que se centravam na identidade dos atores, como naquelas mais voltadas à compreensão das ações estratégicas dos movimentos. A autora sugere, então, que "por habitar um dilema clássico dos estudos da contenção política – identidade versus estratégia – a memória social pode reapresentar formas de combinar estes polos conceituais, em especial por dotar este dilema de dimensão temporal" (Iamamoto 2017, 3).

Estudos que buscaram relacionar os campos da memória coletiva e movimentos sociais centraram-se, em grande parte dos casos, em eventos que representavam demandas por memória histórica de lutas. Ou seja, não representam especificamente o diálogo entre os campos do conhecimento, mas refletem acerca das memórias dos movimentos. No Brasil, especificamente, há uma grande produção que busca preservar a memória das lutas dos trabalhadores camponeses,⁵ por exemplo. Da mesma forma, as memórias das formas de ação coletiva levadas a cabo durante as ditaduras militares em países que vivenciaram tal realidade também colocam em diálogo os campos da memória e dos movimentos, mas o fazem, muitas vezes, como forma de demandar reparação histórica pela violência e repressão passadas.

Nas teorias dos movimentos sociais, é possí-

⁵ O Programa de Memória dos Movimentos Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é representativo. Para mais informações recomenda-se acessar o site. Acessado em 1 mar. 2023. <http://memov.com.br/site>.

vel localizar propostas interpretativas que trazem a memória como parte fundamental. Como exemplo, podemos mencionar a concepção de *repertórios de ação contenciosos*, de Charles Tilly (1995), que traz em si a ideia de memória. O autor propõe tal categoria para definir as formas de ação fundamentais para a existência de movimentos sociais, que não podem ser analisados a partir das experiências individuais dos atores envolvidos – o que para ele seria um reducionismo individualizante imenso. O conceito é proposto então buscando enfatizar o caráter de *aprendizado* das ações coletivas, quando um leque de possibilidades de formas de demonstração e de rotinas internas se forma. Em uma análise mais recente, Tilly se uniu a Sidney Tarrow e Doug McAdam (2009) propondo uma perspectiva de mapeamento dos confrontos políticos. Segundo os autores, repertórios podem ser definidos como expressões da interação histórica e atual entre movimentos e seus opositores, envolvendo memória e aprendizado.

O desenvolvimento do campo de análise específico sobre *memórias coletivas* por sua vez, é mais recente. Maurice Halbwachs (1990) foi o primeiro a propor este termo, para indicar como nossas memórias são constituídas em contextos sociais determinados e relacionadas a espaços. As cidades e os espaços construídos, segundo o autor, são condição essencial para a criação de memórias coletivas que, por sua vez, são condição para a vida nas cidades. Para o autor, ainda que tenhamos experiências de cidade próprias, de visitas que fazemos ou de nosso próprio cotidiano, nossa memória é quase sempre⁶ coletiva, pois a construção dos espaços em que as criamos depende de outros: até mesmo a sinalização das ruas, que serve de guia para o deslocamento, depende da memória de outros.

O autor mostra que a manutenção dos espaços construídos é fundamental para que as pessoas possam reconhecer-se nas cidades, mostrando que há uma relação entre as construções e a vida social, sendo esta mantida cotidianamente pela memória. As memórias coletivas contêm

uma espacialidade que é imprescindível à vida nas cidades. Segundo Halbwachs (1990, 143), na medida em que “o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca”. O autor, concordando com Pollak (1992), lembra ainda que o espaço não pode ser separado das pessoas que o ocupam e como o fazem.

A partir do debate apresentado, é possível perceber o desafio de encontrar caminhos analíticos capazes de dimensionar aspectos que parecem fundamentais na atuação dos coletivos organizados como museus sociais: a forma como acionam a ideia de memória em rede e as transformações espaciais e territoriais que realizam em suas comunidades e nas cidades.

Um giro fundamental na sociologia pode nos ajudar a enfrentar estas questões: aquele referente às mobilidades. John Urry é reconhecida-mente um dos autores cruciais para entender tal giro, que parte do desafio de propor uma chave analítica capaz de compreender as relações sociais atuais, menos estruturadas por instituições. Urry (2000) defende que a sociologia clássica esteve firmemente baseada em concepções estáticas da sociedade, explicando as relações a partir de conceitos como estrutura e estratificação. Sua proposta se baseia na necessidade de compreendermos a sociedade em movimento, capturando-a a partir de diversas dimensões da sociedade. Autores como Peter Merriman e Tim Cresswell também podem ser localizados como fundamentais a esse debate, e serão acionados no desenvolvimento da análise. Dessa forma, a perspectiva das mobilidades, unida à ideia de infraestruturas, procura enfatizar a territorialização dos movimentos a partir da oficialização dos museus.

A forma de atuação dos coletivos que se organizam em museus se situa no trânsito entre reivindicação material e sua significação simbólica, como denominado por Scherer-Warren

⁶ O autor considera que as memórias íntimas estão mais relacionadas a sensações e sentimentos.

(2009), e atende às demandas pontuadas pela autora como necessárias à formação de movimentos em rede. Ao traduzirem em linguagem acessível às reivindicações dos coletivos, os museus sociais promovem a possibilidade de engajamento de pessoas não diretamente atingidas pela vulnerabilidade social, tanto através de visitas aos espaços museológicos construídos, como também pelo material produzido pelas redes, através da web e exposições.

As práticas museológicas e infraestruturantes dos movimentos possibilitam, assim, a adoção de estratégias de visibilidade de suas causas e ampliação do engajamento de apoiadores. Manter a memória da comunidade passa a ser, no caso, um instrumento de luta pois demonstra a permanência histórica daquela população naquela localidade e, ademais, diz respeito ao sentimen-

to de pertencimento que aquela população criou com o espaço. Ou seja, incluem o espaço como fator fundamental das lutas empreendidas pelos movimentos sociais. Tais pontos serão desenvolvidos na próxima seção, a partir dos casos analisados.

Museus como práticas infraestruturantes dos coletivos

Como mencionado, para a análise proposta aqui, tomamos dez iniciativas autodenominadas museus sociais, territoriais ou ecomuseus como representativas dos repertórios de ação dos movimentos sociais favelados. A seguir, na tabela 1, apresentamos essas organizações, segundo suas formas de atuação.

Tabela 1 – Caracterização dos museus sociais analisados

| Museus sociais e iniciativas de memória | Localização | Auto Descrição | Atividades no território | Circuito Territorial | Local | |
|---|--|----------------|---|--|---|------------|
| Município Rio de Janeiro | | | | | | |
| 1 | Ecomuseu de Sepetiba | Sepetiba | Resgate memória moradores do bairro. "Espelho onde se "revê" e se descobre a própria imagem". Resgate do pertencimento e raízes com terra e história local. | Limpeza de praias, bazares, horta comunitária. | Não há. | Zona oeste |
| 2 | Museu Casa do Bumba meu Boi em Movimento (Raízes de Geri-cinó) | Bangu | Preservação da Cultura Maranhense - Bumba Meu Boi - e da melhoria de qualidade de vida e autonomia no processo de inclusão social e cultura através da educação, esporte e arte | Instalação de um centro cultural onde desenvolvem-se atividades como rodas de capoeira, aulas de reforço, mostras de cinema e clubes de leitura. | Não há | Zona norte |
| 3 | Museu da Maré | Maré | "Preservar, divulgar e valorizar as memórias e histórias da Maré. Parcerias com escolas e outras organizações da Maré, uso coletivo do espaço" | O espaço está aberto às ações desenvolvidas pelos moradores e por grupos e coletivos de outros locais da cidade. | Não há | Zona norte |
| 4 | Museu das Remoções | Vila Autódromo | Conscientização e luta contra as remoções. Instrumento de resistência e luta, com alcance nacional, em comunidades que sofrem ou já sofreram com processos de remoções e práticas especulatórias. Nosso objetivo é lutar contra as políticas de remoções, suas ações arbitrárias e consequentes apagamentos de memória. | Percurso histórico, organização de diálogos com outras comunidades ameaçadas, campanhas contra as remoções | Histórico, pelo território e ruínas deixadas pela remoção | Zona oeste |

| | | | | | | |
|--------------------|--|-----------------|--|---|--|------------|
| 5 | Museu de Favela | Cantagalo | Museu a céu aberto que luta pela valorização da memória individual e coletiva de seus moradores. Preservar a memória da comunidade, dissolver as barreiras entre a favela e o asfalto, e transformar o morro num monumento turístico carioca. | Visitas guiadas, circuitos dentro da favela Cantagalo. | Histórico, onde existem painéis contando história de ocupação do morro. | Zona sul |
| 6 | Museu de Imagem Itinerante da Maré | Itinerante | Resgate histórico da Maré através de imagens. Exposição de imagens da Maré em monoculares. | Não | Não há | Zona norte |
| 7 | Museu do Horto | Horto | Organização criada para reafirmar a identidade do Horto Florestal, a partir da memória de seus moradores | Percursos históricos e ambientais, resgate da memória comunitária | Histórico e ambiental, pelo território da comunidade, mostrando histórico de ocupação e preservação ambiental da comunidade. | Zona sul |
| 8 | Museu Sankofa | Rocinha | Defesa do direito à memória, a promoção dos direitos humanos dos moradores da Rocinha, adjacências e demais favelas e periferias, o reconhecimento, o resgate, a proteção, a fruição e a valorização de seus patrimônios cultural, histórico, natural, material e imaterial, através de ação educacional e de saúde da elaboração de conceitos, de metodologias, de projetos e de programas. | Exposições itinerantes pelo território, visitas guiadas, exposições e mostras. | Visitas guiadas e temáticas pelo território da Rocinha. | Zona sul |
| Baixada Fluminense | | | | | | |
| 9 | Museu Vivo de São Bento | Duque de Caxias | "O primeiro museu vivo na Baixada Fluminense. Articula a defesa do patrimônio, a intervenção na realidade social, ambiental, econômica e cultural do território e o envolvimento das comunidades locais nessas questões, afirmando e confirmando, portanto, o sentimento de pertencimento e as ações dos sujeitos construtores do seu tempo." | Visitações históricas, exposições, cursos de extensão e formação. | Histórico, com diferentes percursos. | |
| 10 | Museu da Arte e Cultura Urbana da Baixada Fluminense | Nova Iguaçu | Resgate memória afetiva local. Mais recente entre os listados - inaugurado em outubro de 2022. | Inventários participativos, exposição de trabalhos de importantes artistas e militantes do passado recente da Cidade Nova Iguaçu. | Não há. | |

Fonte: Elaboração própria.

A seleção das iniciativas para a caracterização que apresentamos foi feita a partir de levantamento bibliográfico, visitas aos museus, entrevistas com seus organizadores e fundadores, além da participação na primeira Feira de Museologia Social, realizada pela Rede de Museologia Social (Remus) em dezembro de 2022.

Observa-se, a partir da tabela 1, que os museus se propõem a abranger uma variedade de temas, dentre os quais, os mais comuns referem-se ao resgate e à preservação das memórias comunitárias. Resgatar, segundo o dicionário *Oxford Languages*, significa "livrar (da ruína, de uma situação de risco); salvar. libertar(-se) a preço de dinheiro ou concessões". Por seu lado, preservar significa "pôr(-se) ao abrigo de algum mal, dano ou perigo; defender(-se), resguardar(-se). não destruir (algo ou a si mesmo); conservar(-se), salvar(-se)". É interessante observar os significados e perceber a ideia de risco associada à vida das pessoas que constroem estes museus. Neste sentido, a noção de infraestrutura é fundamental. Os museus são, de certa forma, uma estruturação da vida das comunidades a partir de sua memória coletiva, um caminho que oferece alguma segurança e, ao mesmo tempo, demanda reconhecimento das vidas e cidade existentes nos territórios (Sanches 2020). Neste sentido, os museus, além de serem compreendidos como tradutores das demandas por memória dos movimentos sociais, nos desafiam a compreender suas práticas constitutivas de cidade.

A noção de resgate de memória dialoga com

a análise elaborada por Simone (2004), que se centra nas redes de colaboração voltadas a constituir infraestruturas e formas de sobrevivência paralelas às do estado, ocupando um vazio de planejamento deixado por não se levarem em conta as relações sociais construídas em certos espaços da cidade. Segundo tal perspectiva, o planejamento urbano africano se utiliza de categorias que falham ao limitar a designação dos espaços somente a partir de categorias baseadas na "divisão social do trabalho e na consolidação da individuação" (Simone 2004, 409), e seguindo modelos de cidade europeus. A proposta do uso da ideia de "pessoas como infraestrutura" procura descrever as formas de fazer cidade encontradas por indivíduos que vivem em situação de precariedade, mas que encontram incentivos suficientes para agir nesse sentido: "pessoas como infraestrutura indicam as necessidades dos residentes de gerar atos e contextos concretos de colaboração social inscritos com múltiplas identidades" (Simone 2004, 419, tradução nossa).

Parte dos museus produz, ainda, formas de cidade que dialogam com a noção de resgate e propõe novas formas de ver os espaços ocupados. Metade dos casos analisados aqui (5) realizam percursos por seus territórios. Em alguns casos, apresentam a história de ocupação do lugar, como ocorre no Museu do Horto, situado nas proximidades do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A figura 1 mostra parte do percurso, expondo casas da comunidade construídas para abrigar ex-funcionários do parque.

Figura 1 – Comunidade do Horto (Rio de Janeiro)

Fonte: Arquivo pessoal.

A história da comunidade do Horto se mescla à da construção do parque, sendo que os primeiros moradores eram pessoas escravizadas que trabalharam ali desde o início do século 19. Em outros casos, como no do Museu das Remoções, o que se expõe é um território antes ocupado por residências e hoje tomado por ruínas. O Museu

instalou placas ao redor do vazio deixado pelas remoções, mostrando onde se localizavam casas e comércio no passado, e trazendo um panorama da vida que existia ali antes da violência do apagamento de parte da comunidade, como mostra a figura 2, a seguir.

Figura 2 – Parte do percurso do Museu das Remoções (Rio de Janeiro)

Fonte: Arquivo pessoal.

No caso do Museu de Favela, no morro do Cantagalo, há algumas opções de percurso pelo território. Um deles percorre ruas cujas casas foram pintadas contando a história de ocupação do morro. No caso específico, o Museu busca

atrair turistas em seus percursos, e tem nessas visitas uma fonte de renda. A figura 3, a seguir, mostra os painéis que se localizam em uma das entradas do morro, onde um dos percursos propostos se inicia.

Figura 3 – Entrada do circuito do Museu de Favela (Rio de Janeiro)



Fonte: Arquivo pessoal.

A partir das imagens e do exposto, e inspirando-nos no trabalho de Merriman (2016), é possível compreender essas iniciativas museológicas a partir do potencial afetivo acionado por elas quando criam nos territórios da cidade percursos que se distanciam do planejamento hegemônico e reúnem histórias que ultrapassam a materialidade do que se imagina quando falamos em museus

tradicionais. Pode-se propor, por esse caminho, a interpretação dos museus como práticas infraestruturantes. Ainda que Merriman tenha pensado nesse tipo de práticas em contextos em que os usos atribuídos aos espaços se diferenciam daqueles imaginados pelos planejadores urbanos, é possível pensar nos museus como tais, a partir dessa chave interpretativa.

Isso porque, os museus sociais, territoriais e ecomuseus se utilizam da denominação comum aos museus tradicionais, tornando palatável para uma grande parcela da população o que pretendem: tratar e resgatar memória. Ao mesmo tempo, esse uso da nomenclatura representa parte da apropriação que demandam e que está associada a retomada do controle de suas histórias. Pode-se dizer que, ao se organizarem enquanto museus, os movimentos buscam, conforme denominamos em outra ocasião, reconhecimento espacial (Sanchez 2020). Isso porque suas e as formas como agem no espaço urbano acabam por influenciar a própria constituição urbana das cidades.

A proposta de criação da museologia social nasce no início dos anos 1980, de mãos dadas com os grandes movimentos sociais da época, tais como movimento feminista e movimento negro, buscando de certa forma explorar as possibilidades de descolonização do mundo em que estavam inseridos. Em 1984, realizou-se em Quebec, no Canadá, uma conferência internacional que teve como resultado o lançamento oficial do Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Este caminho levou ao desenvolvimento do debate acerca do papel dos museus, e durante a ECO-1992, no Rio de Janeiro, passou-se a tratar do tema de forma mais específica, sendo o Ecomuseu de Santa Cruz o primeiro a ser reconhecido e reconhecer-se dentro desta nova perspectiva.

Os anos seguintes foram fundamentais para o movimento de criação dos campos da museologia social e sociomuseologia, que passam a enfatizar seu caráter político, nos seguintes termos:

A museologia social está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares. (Chagas e Gouveia 2014, 17).

Ao se utilizarem de categorias similares às aquelas abordadas pelos museus tradicionais, então, a museologia social promove ação similar

à descrita por Merriman (2016) quando trata dos estacionamentos britânicos. O autor mostra que, além das práticas modais de mobilidade, segurança é uma categoria-chave para entender os projetos urbanos de estacionamento, seja ela relativa a roubos, terrorismo ou qualquer outra ameaça. Tal fator fez com que, durante muito tempo, os estacionamentos fossem pensados como espaços funcionais, construídos de forma distante e sem diálogo com o meio ambiente urbano. Merriman demonstra, porém, que as práticas relacionadas ao ato de estacionar foram transformadas e transformaram a forma de se pensar este tipo de atividade e de espaços nas cidades britânicas ao longo das décadas. O exemplo dos estacionamentos e tudo o que envolvem – práticas, políticas públicas, pessoas, projetos de cidades – leva o autor a desvendar como afetos e formas de existir nos espaços podem contribuir para diferentes práticas nas cidades, fazendo com que sua infraestrutura se transforme e volte a transformar as pessoas, em um círculo engenhoso que foge da ideia de planejamento como direcionamento de hábitos.

Neste sentido, pode-se também pensar em interpretações mais ousadas dos movimentos sociais a partir das teorias das mobilidades, nos moldes do que fez Tim Cresswell (2006). Afinal, movimentos sociais são assim denominados por buscarem certo balanço das estruturas sociais, por imaginarem que elas possam se movimentar mudando de forma. Como mensageiros do futuro (Melucci 2001) os movimentos seriam capazes de infraestruturar práticas a partir dos caminhos de transformações que propõem. Ou seja, olhar as práticas infraestruturantes dos movimentos sociais seria uma forma de compreender a mobilidade das ideias e das coisas.

Cresswell (2006, 199) toma como exemplo o movimento sufragista norte-americano (especificamente o exemplo da cidade de Boston) e mostra que o olhar para as "mobilidades emaranhadas do movimento" é fundamental no exercício de compreensão das práticas políticas e de como se entrelaçam com toda a vida das pessoas envolvidas. O autor mostra que, no início

do movimento, as mulheres se reuniam apenas em locais privados e falavam a uma plateia íntima. Tal realidade começa a mudar no começo do século 20, a partir dos relatos do movimento sufragista em Londres e da viagem de duas ativistas norte-americanas à essa cidade.⁷ No entanto, a tática mais voltada ao público não agrada a todas as ativistas:

As mulheres eram fortemente associadas ao lar no início século 19 e muitas não tinham intenção de participar de demonstrações públicas. Havia, portanto, uma cisão entre aquelas que queriam tornar seu caso mais público e aquelas que estavam felizes em continuar sua política em particular. (Cresswell 2006, 202).

É interessante, por esse viés, pensar que a criação e a manutenção dos museus sociais permite aos moradores e ativistas das favelas circular e fazer circular pessoas por seus territórios. Ao possibilitar o ativismo no quintal das casas, por assim dizer, os museus facilitam a participação feminina nas ações. Tal fato é comprovado em reuniões e encontros promovidos pelos museus, onde a maior parte das pessoas é do gênero feminino.⁸ Os percursos promovidos pelos museus, realizados através de caminhadas nos territórios das comunidades, também representam práticas de ocupação destes espaços que transformam o olhar sobre as favelas⁹ e se configuram como um desafio analítico que merece atenção.

O movimento de circulação pela cidade, a partir de caminhadas, também é trazido por Cresswell (2006) como fundamental para a transformação

da percepção das categorias público e privado e da possibilidade de agência humana.

A mobilidade torna-se agência humana. Enquanto os territórios delimitados dos planejadores impõem estrutura e ordem ao mundo, a capacidade de se mover através, dentro e entre esses espaços constitui uma espécie de escolha quase livre por parte do caminhante individual. (Cresswell 2006, 213).

O autor mostra que a ida das ativistas a Londres e a possibilidade de circularem pela cidade transformou sua percepção de mundo, sendo fundamentais para as mudanças do movimento sufragista de Boston. Ao retornarem da viagem, passaram a propor a ocupação de espaços antes inimaginados pelas ativistas. A mobilidade, nesse sentido, é mais do que o ato de mover-se: envolve também pensar as consequências dos movimentos e as formas como se dão.

Os museus sociais também oscilam entre o público e o privado quando resgatam histórias pessoais relacionadas à construção de suas comunidades. Um caso exemplar é o Museu da Maré. Um dos espaços do museu consiste na reprodução de uma casa típica da época de ocupação do território da favela, constantemente alagado por situar-se em um mangue na Baía de Guanabara. Os visitantes do museu podem entrar na casa de palafita. Em seu interior, também há a reprodução dos móveis e utensílios domésticos de meados do século 20, quando se deu a ocupação do território. A figura 4 mostra parte do interior da casa.

⁷ Cresswell (2006) mostra que a possibilidade de realizar essa viagem foi uma raridade, ao passo que o turismo é uma prática que foi dominada pelo gênero masculino durante muito tempo. O movimento de viajar e de se deslocar operado pelas duas ativistas transformou o movimento social em Boston.

⁸ Tal característica dialoga também com a predominância feminina nas lutas por moradia. São elas as mais afetadas pelo déficit habitacional do país.

⁹ Não se pode deixar de mencionar o fomento ao turismo nas favelas alimentado por alguns museus. A prática, bastante analisada por Bianca Freire-Medeiros (2007), não será discutida aqui por fugir ao tema central do texto.

Figura 4 – Casa de palafita no Museu da Maré (Rio de Janeiro)

Fonte: Catalytic Communities 2018.¹⁰

O espaço da casa é fundamental para grande parte das lutas dos movimentos sociais favelados, como demonstra a ampla literatura sobre o tema (Gohn 1991, 2007; Valladares 1978, 2005; para citar alguns exemplos), e a centralidade que atribuem à questão de gênero no debate. Se pensarmos em sistemas de contrastes, a partir do caminho proposto por Pierre Bourdieu (1970) podemos supor que os espaços de participação masculinos são mais voltados “para fora”, enquanto os femininos estariam voltados “para dentro”, ou seja, para a casa, ou a própria comunidade.

Os sentimentos de pertencimento a espaços domésticos e a luta pela permanência em bairros

específicos podem ser facilmente relacionados ao gênero feminino, seguindo esse caminho. As mulheres são as mais afetadas pelas desigualdades habitacionais no país, e são maioria nos movimentos de luta por moradia. Além disso, grande parte das representantes dos museus sociais, territoriais e ecomuseus aqui analisados são mulheres, sendo que todas as visitas realizadas nos territórios dos museus foram mediadas por mulheres, e na Feira de Museologia, elas eram maioria.

bell hooks (2022), ao discorrer sobre a concepção de pertencimento a partir da experiência de ocupação e trabalho na terra por parte da

¹⁰ Catalytic Communities. n.d. Acessado em 3 fev. 2023. <https://www.flickr.com/photos/catcomm/40304981950/in/album-72157666932897517>.

população negra norte-americana, e trazendo a história de sua família, mostra como a memória é fundamental à valorização das populações historicamente subalternizadas. Ainda que as memórias sejam, muitas vezes, traumáticas, a autora propõe que é fundamental reconhecer o legado histórico de desigualdade e violência e fazer uso funcional dele no presente. Um uso funcional da memória das populações faveladas, a nosso ver, se dá a partir dos museus.

A proposta de entender a centralidade da memória e a constituição de museus sociais, territoriais e ecomuseus como práticas infraestruturantes de coletivos e movimentos sociais parece fazer sentido mais uma vez, ao passo que buscam transformar as práticas de construção da cidade e do olhar sobre suas comunidades e sujeitos históricos a elas relacionados. Muitos dos museus sociais aqui analisados nasceram como parte da luta contra as remoções das comunidades onde se localizam e se tornaram importantes ferramentas de luta por cidades mais igualitárias e plurais.

Apontamentos finais

Neste artigo, apresentamos caminhos de análise das ações empreendidas por coletivos que se autodenominam museus sociais e territoriais, localizados na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense. A partir de levantamento bibliográfico, caracterização de dez iniciativas museais na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense e visitas aos museus, apresentamos os museus sociais, territoriais e ecomuseus não só como repertórios de ação dos coletivos favelados, mas como práticas infraestruturantes. Tal empreitada parece fazer sentido frente a uma lacuna observada nas teorias dos movimentos sociais, referente aos espaços físicos ocupados pelos coletivos, que transformam os olhares e práticas nas cidades.

Demonstramos que a prática de criação dos museus realiza tanto assimilação como subversão da linguagem dos museus tradicionais, que estão historicamente relacionados à demonstração de poder dos estados-nação colonizadores. Relacio-

namos a prática de musealização empreendida pelos coletivos à temática de gênero, ao passo que a ocupação espacial localizada nas próprias favelas dialoga com práticas de movimentos sociais liderados por mulheres.

A análise empreendida aponta também para o maior engajamento proporcionado através da organização dos museus. Parece plausível afirmar que o envolvimento dos ativistas é facilitado e ampliado por meio desses espaços. Além disso, sua criação possibilita maior interação online, a partir de redes sociais e criação de imagens.

Consideramos que tais iniciativas não podem ser abordadas apenas pelas vertentes mais tradicionais de interpretação dos movimentos sociais. A formação dos museus evidencia como questões como memória e espaço são fundamentais para as demandas e repertórios de ação. Entender os museus como infraestruturas ou práticas infraestruturantes, enfim, proporcionou a possibilidade de apreensão das transformações associadas à agência desses coletivos nos territórios.

Referências

- Alonso, Angela. 2017. A política das ruas: São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos – Cebrap Especial*: 49-58. <https://doi.org/10.25091/S01013300201700040006>.
- Bourdieu, Pierre. 1970. The berber house, or the world reversed. *Social Science Information* 9 (2):151-70. <https://doi.org/10.1177/053901847000900213>.
- Cresswell, Tim. 2006. *On the move – mobility in the modern western world*. Routledge.
- Freire-Medeiros, Bianca, e Mauricio Lages. 2020. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 123: 121-42. <https://doi.org/10.4000/rccs.11193>.
- Giddens, Anthony. 2013. *A constituição da sociedade*. Martins Fontes.
- Gerbaudo, Paolo. 2017. *The mask and the flag: populism, citizenism and global protest*. Hurst Publishers.
- Gohn, Maria da Gloria. 1991. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. Loyola.
- Gohn, Maria da Gloria. 2007. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade* 6 (11): 41-70. <https://doi.org/10.5007/%25x>.
- Gohn, Maria da Gloria. 1991. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. Loyola.

- Gohn, Maria da Glória. 2007. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade* 11: 41-70.
- Gohn, Maria da Glória. 2014. *Novas teorias dos movimentos sociais*. Loyola.
- Halbwachs, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. Vértice.
- Helene, Diana. 2019. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Revista Cadernos Metrópole* 21 (46): 951-74. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>.
- hooks, bell. 2022. *Pertencimento: uma cultura do lugar*. Elefante.
- lamamoto, Sue. 2017. Memória coletiva e movimentos sociais: um encontro de dois campos teóricos. *Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu.
- Lefebvre, Henri. 1991. *The production of space*. Blackwell.
- Mcadam, Doug, Sidney Tarrow, e Charles Tilly. 2009. Para mapear o confronto político. *Lua Nova* 76:11-48. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>.
- McDonald, Kevin. 2004. Oneself as another: from social movement to experience movement. *Current Sociology*, 52 (4): 575-93. <https://doi.org/10.1177/0011392104043492>.
- Melucci, Alberto. 2001. *A invenção do presente – movimentos sociais nas sociedades complexas*. Vozes.
- Merriman, Peter. 2016. Mobility infrastructures: modern visions, affective environments and the problem of car parking. *Mobilities* 11 (1): 83-98. <https://doi.org/10.1080/17450101.2015.1097036>.
- Pereira, Matheus, e Camila Silva. 2020. Movimentos sociais em ação: repertórios, escolhas táticas e performances. *Sociologia e Antropologia* 10 (2): 615-45. <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10212>.
- Perez, Olivia. 2023. Coletivos feministas, antirracistas e LGBTQIA+: inclusão e interseccionalidade. In *Movimentos e coletivos sociais: categorias em disputa*, organizado por Angela Paiva, Fernando Lima Neto e Taísa Sanches. Editora PUC-Rio.
- Pleyers, Geoffrey, 2023. Vivir las injusticias globales como personales: los jóvenes alteractivistas. *Revista de Estudios Sociales* 86 (10): 157-73. <https://doi.org/10.7440/res86.2023.09>.
- Pollak, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos* 5 (10): 200-212.
- Ribeiro, Ana Clara, Amélia Barreto, Alice Lourenço, Laura Costa, e Luis Cesar Amaral. 2002. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. *Cadernos IPPUR* 16 (1): 33-52.
- Sanches, Taísa. 2020. *Morar é pessoal, político e cultural: experiências de precariedade e luta por moradia em Londres e Rio de Janeiro*. Tese em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Santos, Milton. 2014. *O Espaço do cidadão*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, Renato Emerson. 2022. Revisitando os repertórios espaciais de ação na luta antirracismo: caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In *Quem planeja o território?*, organizado por Fania Fridman. Letra Capital.
- Simone, Abdul Maliq. 2004. People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. *Public Culture. Project Muse* 16 (3): 407-29. <https://doi.org/10.1215/08992363-16-3-407>.
- Scherer-Warren, Ilse. 2009. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. *Interface* 1 (1):105-24.
- Tilly, Charles. 1995. *Popular contention in Great Britain 1758-1834*. Harvard University Press.
- Urry, John. 2000. *Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century*. Routledge.
- Valladares, Lícia do Prado. 1978. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Zahar.
- Valladares, Lícia do Prado. 2005. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Editora FGV.

Taísa Sanches

Doutora e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professora visitante e pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação da autora antes da publicação.

